

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD) NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

PRECARISATION OF TEACHING WORK IN DISTANCE EDUCATION IN BRAZIL: A THEORETICAL DISCUSSION

LA PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE EN LA EDUCACIÓN A DISTANCIA EN BRASIL: UNA DISCUSIÓN TEÓRICA

Filipe Bellinaso¹

Henrique Tahan Novaes²

Resumo: Esta investigação propôs-se a estudar as condições de trabalho enfrentadas pelo profissional docente nas universidades do Brasil que utilizam da modalidade de ensino via a distância (Ead), através de uma discussão teórica acerca de sua totalidade. Compreendendo o avanço histórico do Ead no país, entende-se que este fenômeno não ocorre de forma isolada de seu contexto histórico, desta forma, se levantou o questionamento sob o impacto da implementação desta nova modalidade de ensino no trabalho docente. Sem querer dicotomizar as diferentes modelos de ensino, constatou-se que na Ead uma intensificação da precarização na medida em que, o profissional docente se encontra sujeito a uma forte divisão hierárquica do trabalho, a um processo de objetivação, racionalização e por fim, estranhamento.

Palavras chave: Precarização. Trabalho. EAD.

Reseume: Esta investigación es un estudio sobre las condiciones de trabajo enfrentadas por el profesional docente en las universidades de Brasil que utiliza la modalidad de enseñanza a través de una distancia (EAD), a través de una discusión sobre su totalidad. En el país, se entiende que este fenómeno no ocurre de forma aislada de su contexto histórico, de esta forma, se planteó el cuestionamiento bajo el impacto de la implementación de esta nueva modalidad de enseñanza no trabajo docente. Sin querer dicotomizar como diferentes modelos de enseñanza, se constató que en Ead una intensificación de la precarga en la medida en que, el profesional docente se encuentra sujeto a una fuerte división jerárquica del trabajo, un proceso de objetivación, racionalización y por fin, extrañamiento.

Palabras-Clave: La precariedad. Trabajo. Educación a distancia.

This research is a study about the working conditions faced by the teaching profession in the universities of Brazil that uses the mode of distance education (EAD), through a discussion about its totality. Understanding the historical progress of EAD in the country, it is understood that this phenomenon does not occur in isolation from its historical context, in this way, the questioning was raised under the impact of the implementation of this new modality of teaching not teaching work. Without intending to dichotomize as different teaching models, it was found that in EAD an intensification of preloading, inasmuch as the teaching professional is subject to a strong hierarchical division of labor, a process of objectification, rationalization and finally, strangeness.

Key words: Precariousness. Job. Distance Education.

Introdução

Quando se trata em analisar as políticas sociais da década de 1990 na América Latina, e consequentemente no Brasil, se faz necessário compreender que estas não se encontram desassociadas de uma conjuntura que esta em movimento que teve como marco o Consenso de Washington (1989), da qual, segundo Santos (2006) se trata de um momento histórico de consolidação do pensamento neoliberal na América, trazendo impactos diretos em todas as esferas sociais do continente, inclusive, a educação. Nesse sentido, as diretrizes educacionais deste período podem ser entendidas através de três pilares centrais: a mercantilização da educação (fortalecimento de escolas, cursos, universidades e etc. de caráter privado); o estreitamento da relação público-privado (órgãos como a ONU, Banco Mundial, e demais instituições privadas passam a investir e ditar diretrizes na educação); e o processo de aligeiramento da formação (cursos técnicos, tecnólogos e etc.).

Dentro deste terceiro pilar, o do processo de aligeiramento da formação, sob o discurso da democratização do acesso ao ensino e da modernidade e neutralidade tecnológica, é que se encontra a chamada educação a distância (Ead). Para compreender a profundidade da discussão teórica das condições de trabalho do profissional docente na Ead, se faz necessário primeiramente compreender aspectos que dão os fundamentos para esta análise, nesse sentido, é importante trazer o debate no que diz respeito ao conceito de Ead, e também, sua história, e sua relação com as políticas educacionais deste período histórico, para depois ter as bases necessárias para adentrar ao trabalho docente.

Compreendendo o Conceito de Educação a Distância (Ead)

Quando se trata de debater a questão da educação a distância, Moore & Kearsley (2008) são essências para o estudo como pioneiros no que se diz respeito aos estudos desta modalidade de ensino. Para os autores a Ead se caracteriza por “alunos e professores estão em locais diferentes durante todo ou grande parte do tempo em que aprendem e ensinam”, com isso, “dependem de algum tipo de tecnologia para transmitir informações e lhes proporcionar um meio de interagir” (MOORE & KEARSLEY, 2008, p. 1). Com isso, os autores compreendem que o simples fato de agregar tecnologia ao método artesanal de ensino não produzirá necessariamente uma “boa educação a distância”, muito mais do que isso, o desenvolvimento desta modalidade de ensino deve ocorrer por uma ampla equipe especializada tendo o suporte dos próprios alunos que utilizaram desta ferramenta. Nesse sentido, o maior desafio educacional seria o desenvolvimento de políticas que auxiliem as organizações educacionais a transportarem o processo de transmissão artesanal para o sistêmico, de modo que preserve a qualidade do ensino e não prejudique o trabalho docente (MOORE & KEARSLEY, 2008).

Outro teórico da educação a distância, Otto Petters, compreende que:

Educação a distância é um método de transmitir o conhecimento, competências e atitudes que é racionalizado pela aplicação de princípios organizacionais e de divisão do trabalho, nem como pelo uso intensivo dos meios técnicos”, do qual possibilita “instruir um maior número de estudantes, ao mesmo tempo, onde quer que vivam. E

uma forma industrializada de ensino aprendizagem (PETERS apud BELLONI, 2009, p. 25).

Buscando romper com uma visão exclusivamente pedagógica e buscando analisar a educação a distância em sua complexa heterogeneidade de áreas, o autor destaca o fato de que no bojo do nascimento desta modalidade de ensino se encontravam interesses mercadológicos, afirmando que “o surgimento do ensino a distância tinha motivos comerciais”, e ainda complementa:

não se visava (...) buscar recursos financeiros, a fim de que pessoas pudessem formar-se e receber educação, mas, sim, queria-se que as pessoas estudassem algo para que a instituição que fornecia ensino pudesse ganhar dinheiro – portanto ter lucro (PETERS, 2006, p. 200).

Outra importante referência é o historiador crítico David F. Noble, da qual destaca em sua pesquisa, “Digital Diploma Mills: The Automation of Higher Education” (2002), a constituição dos interesses e das altas taxas de lucratividade por trás dos cursos via Ead do qual era professor no Canadá, além do processo de automatização do ensino, as parcerias público-privado nas produções de *softwares* e etc. Segundo o autor:

Antes de fincar o pé na universidade, o ensino por correspondência começou como uma empresa comercial (...) em 1926, os Estados Unidos computavam mais de trezentas destas escolas, cujo rendimento anual ultrapassava os setenta milhões de dólares (NOBLE, 2000, s/p).

Dando sequência, agora sob a luz das pesquisas nacionais, Maria Luiza Belloni (2009) se diferencia dos demais pesquisadores da Ead na medida que compreende que o grande marco desta modalidade de ensino se encontra na autonomia que esta fornece ao estudante. Além disso, a autora enxerga uma revolução no ensino desta modalidade, devido ao seu potencial democrático e do desenvolvimento da autonomia do estudante, não obstante destes fatos acredita que é necessário manter os olhos abertos para a forma com que essa modalidade de ensino vem sendo aplicada no Brasil.

Oreste Preti e Maria Lúcia Cavalli Neder, professores da UFMT e membros do Núcleo de Educação Aberta e a Distância (NEAD), compreendem que a Ead se caracteriza por:

Educando e educadores estão separados pelo tempo e/ou espaço; Há um canal, ou melhor, canais que viabilizam a interação (canais humanos) e/ou a interatividade (canais tecnológicos) entre educadores e educandos. Trata-se, portanto, de processo mediado e “mediatizado”, construindo outros sentidos aos conceitos de tempo, espaço, presencialidade e distância (PRETI, 2009, p. 45).

Preti destaca o processo de industrialização que ocorre na Ead da qual compreende que “nós que trabalhamos com a educação, conhecemos bem a consequência disto: proletarização, desqualificação, e divisão do trabalho são aspectos que implicam igualmente professores, orientadores e alunos” (PRETI, 2009, p. 60). Enquanto isso, Neder propõe a necessidade de se pensar uma nova forma de Ead baseada na realidade social concreta, sem colocar de lado as relações sociais, económicas, políticas e culturais, buscando atingir o máximo de seu caráter democratizador, ou seja, é necessário “compreendê-lo e encontrar meios de utilizá-lo de forma compatível com os objetivos de democracia, igualdade e justiça social” (NEDER, 2009, p. 108).

Por fim cabe mencionar Benini (2012) do qual sua concepção teórica de educação a distância servira de suporte teórico para este projeto, uma vez que buscando trabalhar de forma abrangente com os conceitos e perspectivas até então discutidas neste devido trabalho, compreende-se que tal perspectiva teórica se dá como mais eficaz para os objetivos aqui delineados, desta forma, Ead será entendido aqui como uma modalidade de ensino da qual determinada forma histórica de professor e determinada forma histórica de aluno se encontram espacialmente ou temporalmente separados.

Uma Análise Histórica da Educação a Distância (Ead)

Compreendidos alguns aspectos acerca do debate do conceito de educação a distância, se faz necessário compreender sua trajetória histórica e sua relação com o desenvolvimento dos meios de comunicação e informação. De acordo com Moore e Kearsley (2008), Peters (2006), Noble (2000), Santos (2002), Saraiva (1996), Alves (2011), Benini (2012) e etc., os primeiros relatos de Ead ocorreram através da utilização da correspondência. Não obstante ao fato de na Grécia Antiga e nos primórdios do Cristianismo se utilizarem de tal método, compreende-se por estes que a primeira evidência de tal forma de ensino está presente em um anúncio na Gazeta de Boston em 1728 da qual oferecia-se as aulas de taquigrafia por correspondência pelo Prof. Caleb Phillips. De forma institucionalizada, suas primeiras experiências se deram nas décadas de 1840 com Issac Pitman no ensino de taquigrafia na Grã-Bretanha. No Brasil tem-se o primeiro relato de educação a distância em 1904, quando é registrado no Jornal do Brasil um anúncio oferecendo curso de profissionalização em datilografia via correspondência. Já em sua forma institucionalizada, em 1934, Edgard Roquette-Pinto fundou a Rádio-Escola Municipal no Rio.

Em sequência, pode-se dizer que a educação a distância ganhou espaço com o desenvolvimento da radiodifusão, sendo assim, através do rádio e posteriormente da TV, inúmeros programas e canais educativos se desenvolveram e deram dimensões globais para tal forma de ensino, e no Brasil não foi diferente. Por fim, com a popularização do computador, e posteriormente da internet, nas décadas de 1990 e 2000, somado com a evolução das mídias de armazenamento (Disquete, CD-ROM, DVD, BLU-RAY e *pen-drive*), permitiu-se assim desenvolver os métodos de videoaulas e de videoconferências, fazendo com que ocorresse a maior expansão e a grande consolidação de tal modalidade de ensino.

As Políticas e Diretrizes Educacionais e a Educação a Distância (Ead)

Podemos dizer que a consolidação da educação a distância em âmbito global se deu na década de 1990 com a entrada da mesma em documentos da UNESCO. Sua primeira aparição está no documento (UNESCO, 1996) proveniente da “Conferência Mundial Sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” ocorrida em 1990 na cidade de Jomtien, da qual propõe inúmeras medidas para combater o analfabetismo e proporcionar democratização do acesso ao ensino, dessa forma, afirma-se a necessidade da “gestão e uso dos serviços de educação a distância” para esses objetivos. Destaca aqui também o “Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre

Educação para o século XXI”, levado sob o título de “Educação: um tesouro a descobrir.” (DELORS, 1996), escrito por estudiosos e intelectuais, do qual afirma:

todas as universidades deviam tornar-se “abertas” e oferecer a possibilidade de aprender a distância e em vários momentos da vida. A experiência do ensino a distância demonstrou que, no nível do ensino superior, uma dose sensata de utilização dos meios de comunicação social, de cursos por correspondência, de tecnologias de comunicação informatizadas e de contatos pessoais, pode ampliar as possibilidades oferecidas, a um custo relativamente baixo. (DELORS, 1996, p. 137).

Seguindo a tendência internacional, a educação a distância se consolidou no Brasil no mesmo período histórico. Sua primeira aparição em documentos oficiais em nível federal foi em 1996, com a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), da qual serviu como “estatuto de maioria para a educação a distância” (GIOLO, 2008, p. 2) no país. Em tal documento afirma-se no artigo 80 que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino” (BRASIL, 1996, s/p). Destaca-se também o Decreto nº 2.494 (BRASIL, 1998) de 10 de fevereiro de 1998, que busca complementar o artigo 80 da LDB, dando a seguinte definição de Ead e suas implicações:

Art. 1º Educação a distância é uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação.

Parágrafo Único – Os cursos ministrados sob a forma de educação a distância serão organizados em regime especial, com flexibilidade de requisitos para admissão, horários e duração, sem prejuízo, quando for o caso, dos objetivos e das diretrizes curriculares fixadas nacionalmente. (BRASIL, 1998, s/p).

Apesar dos três referenciais de qualidade a cerca da Ead (BRASIL 2000; 2003; 2007) e a Portaria nº 2.253, destaca-se a constituição da instituição da Universidade Aberta do Brasil, criada por meio do Decreto nº 5.800, de 8 de julho de 2006, da qual seu objetivo está “voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.” (BRASIL, 2006, s/p), e também, a criação em 2010, através do Decreto nº 7.385, do Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS).

5. A Realidade Concreta da Educação a Distância no Brasil

Trazendo para a realidade concreta, de acordo com o “Censo EAD Brasil 2014: Relatório Analítico de Aprendizagem a Distância no Brasil” publicado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), 271 instituições fizeram parte desta pesquisa, destas, 241 são instituições formadoras, ou seja, fornecem formação em algum curso, e ainda dentro deste número, 86 são de administração pública e 155 privado. Ainda segundo o documento, são oferecidos 25.166 cursos, sendo divididos em, 19.873 na categoria cursos livres (que não necessitam de um órgão legal para serem oferecidos) e 5.293 regulamentados. Quanto às matrículas, foram registradas 3.868.706. Distribuídos em 2.872.383 para os cursos livre, 476.484 para os semipresenciais e 509.839 para os totalmente a distância.

Nesse sentido faz-se importante compreender que a maioria dos cursos via educação a distância nas universidades brasileiras se estruturam da seguinte maneira: O professor de Ead grava sua aula em um estúdio, que por sua vez é transmitida por satélite para polos espalhados em diferentes locais. Nestes polos, a aula é transmitida para alunos, que entram em contato com o tutor presencial, que por sua vez, através de meios tecnológicos, estabelece contato o tutor a distância, que por fim, presencialmente, entra em contato com o professor.

Dessa forma, compreendido o conceito de educação a distância, sua história, sua relação com as políticas educacionais e sua realidade concreta no Brasil, se tem as bases necessárias para adentrar a discussão teórica do trabalho docente nesta modalidade de ensino.

6. O Trabalho Docente via Ead: Uma Caminhada Rumo a Precarização?

Compreendidas as questões que dão os fundamentos necessários para a análise da educação a distância, pode-se avançar na discussão do que se diz respeito ao trabalho docente nesta modalidade de ensino, sem perder de vista em nenhum momento que não se trata de uma generalização de todas as formas existentes desta modalidade, mas de um conjunto de reflexões e análises levantadas acerca do tema.

Recorrendo a alguns suportes teóricos aqui já trabalhados, para Moore & Kearsley (2008) o papel do docente na Ead pode ser compreendido da seguinte forma:

[...] em um curso de educação a distância é comum a interação ser conduzida por instrutores especializados que desempenham um papel reduzido, ou não tiveram participação, nos processos de criação e veiculação do curso. [...] os cursos usualmente são elaborados por equipes de elaboradores de instruções, por especialistas em mídia e tecnologia, bem como especialistas em conteúdo. O custo de tais equipes e o custo de criar mídia de boa qualidade são elevados, portanto, o número de alunos que precisam fazer o curso para que ele dê retorno suficiente é maior que na educação em sala de aula. Em virtude do grande número envolvido, não é possível que os criadores também sejam os instrutores (MOORE & KEARSLEY, 2008, p. 17).

Com isso, os autores destacam dentro desta perspectiva que a educação a distância proporciona uma divisão entre o planejamento e a execução do ensino, e muito mais que isso, uma divisão do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, por serem compreendidos como dois processos distintos, conseqüentemente, devem ser pensados e executados de modos distintos, com isso, evidencia-se que o sujeito que planeja as atividades, em sua grande parte, não é o mesmo sujeito que executa e avalia o processo, ou seja, ocorre um processo de divisão do trabalho docente. Nesse sentido não é difícil notar um forte processo de fragmentação do trabalho docente no modelo de ensino via Ead. Muito mais do que uma simples divisão social do trabalho, ocorre uma divisão hierárquica, na medida em que se têm os sujeitos administrativos no topo, os docentes no meio, e os instrutores por baixo. Compreendendo que a divisão proporciona uma fragmentação do trabalho, que por sua vez gera a perda da compreensão do topo pelo sujeito, se torna possível de evidenciar um processo de estranhamento (MARX, 2004).

De acordo com Otto Peters (2006), um dos grandes destaques da educação a distância está em sua estrutura organizacional, ou em outras palavras, em seu alto processo de racionalização do trabalho.

Além disso, como visto anteriormente, o mesmo chama atenção entre o surgimento da Ead e sua articulação com a reprodução em larga escala de capital. No que se diz ao trabalho docente, o autor vai afirmar que a Ead faz uma revolução no processo de ensino e aprendizagem na medida em que, o que antes era colocado na mão de um único sujeito, o docente (planejamento, desenvolvimento, exposição, avaliação e etc.), agora, dentro da nova divisão de trabalho, é passível de cada uma dessas tarefas serem executadas por um diferente sujeito. Como consequência, se perde toda a autonomia do docente, como o próprio autor afirma, “Se até então o ensino era altamente individualizado pela personalidade dos docentes, a partir daí ele foi padronizado, normatizado e formalizado” (PETERS, 2006, p.201). É importante salientar aqui, conforme evidencia Benini (2012, p.174), que compreende-se aqui a divisão social do trabalho não como divisão de ofícios, mas sim “a fragmentação de um determinado ofício”.

Peters ainda destaca a objetivação do trabalho docente via educação a distância:

Se até então o ensino era um “evento” único, uma experiência subjetiva de um grupo ou turma de estudantes, a partir daí o ensino foi objetivado, oferecendo-se a todos os participantes a oportunidade de repetir e rever tudo quantas vezes quisessem. A consequência mais importante da objetivação: o ensino tornou-se um produto, que podia ser modificado e otimizado, sobretudo, porém, podia ser vendido, e isso não apenas in loco, mas, sim – como uma mercadoria produzida industrialmente –, em toda a parte. Com efeito, começou-se a fazer propaganda da mercadoria ensino e, para melhor colocá-la, buscou-se um mercado supra-regional (PETERS, 2006, p. 201).

É importante evidenciar que a partir do momento em que se objetiva o ensino, isso trás consequências diretas ao trabalho docente, que indiretamente, sofre o mesmo processo, na medida em que seu exercer não está mais diretamente ao do fazer educacional mas sim de obedecer a uma lógica mercadológica. Ainda em seu texto, Peters chama atenção a Petter Raggat, que em seus estudos sobre a Universidade Aberta Inglesa, teria afirmado que o trabalho docente na Ead é caracterizado por possuir “a limitação a um número restrito de produtos padronizados, ao emprego de métodos da produção em massa, a automação, a divisão do trabalho e uma burocracia articulada hierarquicamente” (apud PETERS, 2006, p. 202).

Seguindo o mesmo pensamento de Peters, Maria Luiza Belloni (2009) vai destacar o processo de fragmentação e divisão social do trabalho na atividade docente da educação a distância. Segunda a autora, essa nova modalidade de ensino atinge tal profissão de modo a ocorrer uma transformação do sujeito professor enquanto agente individual em agente coletivo (BELLONI, 2009, p. 81). Novamente, vai se destacar a separação, ou melhor, a fragmentação entre o planejamento e a execução das atividades, de modo que o docente não executa mais o trabalho por sua totalidade, mas em sua parte.

Já Benini (2012) traz alguns dados interessantes a cerca da profissão docente na educação a distância. De acordo com o trabalho de campo realizado pelo autor, existe uma diferença muito profunda entre o uso desta modalidade de ensino pelas universidades federais e para com as universidades privadas. Desta forma, ele evidencia, que no segundo grupo, a precarização do trabalho docente é muito mais profunda do que no primeiro grupo. Em síntese, enquanto na Universidade Federal analisada se tinha uma média de 1 tutor para cada grupo de 10 a 25 alunos, na Universidade Privada analisada, se tinha uma média de 1 tutor para cada grupo de 100 a 150 alunos. Além disso, ele afirma:

No que diz respeito às condições de trabalho e à remuneração dos tutores em pauta, os setores público e privado investigados também apresentaram diferenças significativas. Enquanto na Universidade Federal Alfa as condições de trabalho apresentaram-se de forma extremamente precária, sendo tal precariedade visualizada tanto no tipo de contrato quanto no espaço físico e nos instrumentos de trabalho, já a Universidade Privada Beta, não obstante em tal Universidade tais problemas não existam, a insegurança apontada pelos entrevistados parece ser um espectro constante para os atores em questões. (BENINI, 2012, p. 241)

Além disso, se faz muito pertinente analisar as respostas obtidas em suas entrevistas com os agentes deste objeto de estudo, tanto da Universidade Federal quanto na Privada. Quando questionado aos tutores sobre a relação professor e aluno, se o docente responde os e-mails do discente, o da universidade federal disse que varia muito de acordo com o perfil do professor, e ressalta que na maioria das vezes o tutor que realiza a mediação entre professor e o aluno. Já o da universidade privada foi mais pontual, disse que os professores não respondem os e-mails, pois as perguntas são enviadas para o tutor e esse, se necessário, repassa para os professores (BENINI, 2012, p. 238).

Quando questionados sobre o contato que os tutores tem com os professores especialistas das disciplinas, o tutor da universidade federal afirmou existir reuniões iniciais de cada matéria com o objetivo de elucidar quais são os conteúdos e objetivos a serem trabalhados, já o da universidade privada afirmou que isso nunca ocorreu, os professores apenas concedem os gabaritos das atividades e provas para correção e não discutem nada com relação ao conteúdo (BENINI, 2012, p. 238).

Em síntese Benini afirma:

Mas o processo de alienação, de divórcio, seja do produto do trabalho do professor, seja principalmente na relação educativa, somente é completado quando consideramos a divisão entre o processo de ensino e o processo de aprendizagem. Assim, uma vez que tal professor não corrige as atividades e as provas, não responde e-mail para alunos e é mediado na transmissão de suas aulas, podemos dizer que a não presencialidade (proporção de contato tête-à-tête entre professor e aluno), o alto grau de tecnologia instrumentalizada para a geração de economias de escala e o grau de divisão do trabalho docente, configuram uma relação educativa extremamente alienada (BENINI, 2012, p. 243)

Outro elemento de extrema importância a ser evidenciado, é a produção de mais-valia absoluta e a de mais-valia relativa pelo profissional docente na educação a distância. De acordo com Marx (2006), mais-valia é o valor excedente ao valor conjunto das mercadorias necessárias para produzir esta nova mercadoria, e pode ser realizada de duas formas, a absoluta e a relativa, que podem ser compreendidas da seguinte maneira:

Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contradição do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho. (MARX, 2006, p. 366)

Nesse sentido é possível notar a presença de produção das duas formas de mais-valia no trabalho docente na educação a distância comparado a modalidade presencial. Primeiramente é necessário ter em vista que, se antes o professor presencial atingia X alunos em uma aula presencial, os aparelhos tecnológicos proporcionam que esta mesma aula alcance 4X, em outras palavras, sem aumentar a jornada de trabalho, se tem um aumento da produção, o que caracteriza a produção de mais-valia relativa. Porém,

ao mesmo tempo, o professor terá 4 vezes mais atividades para corrigir do que anteriormente, ou seja, ocorre também um aumento de sua jornada de trabalho, na medida que vai dispensar mais tempo para correção de atividades, ou seja, existe também a produção de mais-valia absoluta.

7. Conclusão

Recorrendo a Marx, “subdividir um homem é executá-lo, se merece a pena de morte; é assassiná-lo se não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo” (Marx, 2006. p. 419). Nesse sentido, este trabalho evidenciou-se os seguintes aspectos: 1) O desenvolvimento do Ead está dentro de um contexto histórico neoliberal; 2) as políticas e diretrizes educacionais que legitimam o Ead estão diretamente ligadas à ideologia neoliberal; 3) O trabalho docente no Ead sofre um processo de fragmentação do planejamento da execução e do processo de ensino para com o processo de aprendizagem; 4) O Ead apresenta um forte processo de racionalização e com isso causa uma forte e intensa divisão social do trabalho em sua estrutura; 5) Tal divisão social do trabalho proporciona uma perda cada vez maior da autonomia do processo para com sua atividade; 6) O Ead se desenvolve em um processo de objetivação do ensino, e conseqüentemente de objetivação do trabalho; 7) O Ead realiza uma separação entre o trabalhador de seu objeto de trabalho; 8) Produção de mais-valia absoluta e relativa no trabalho docente via distância.

Com isso é possível concluir que existe um processo de intensificação da precarização do trabalho docente no modelo de Ensino a Distância (Ead) predominante nas universidades brasileiras.

Referências Bibliográficas

- ABED. **Censo EAD Brasil 2014**: Relatório Analítico de Aprendizagem a Distância no Brasil. Associação Brasileira de Educação a Distância, São Paulo. Disponível em: <http://www.abed.org.br/censoead2014/CensoEAD2014_portugues.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.
- ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, São Paulo, v. 10, p. 83-92, 2011.
- BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. Campinas: Editores Associados, 2009.
- BENINI, E. G. **Política educacional e educação a distância**: as contradições engendradas no âmbito do trabalho docente. 2012. 284 f. Tese (Doutorado em Pedagogia) - Universidade Federal de Mato Grosso Sul, Campo Grande. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 31 de jul. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação a distância. **Indicadores de qualidade em cursos de graduação a distância**. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ead.unifei.edu.br/Legislacao/files/05-indicadores-de-qualidade.pdf>> Acesso em: 31 de jul. 2017.
- BRASIL, Ministério da Educação. Portaria nº 2.253, de 18 de outubro de 2001. Disponível em: <http://www.cmconsultoria.com.br/legislacao/portarias/2001/por_2001_2253_MEC_regulamentacao_oferecimento.pdf> Acesso em: 31 de jul. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação a distância. **Referenciais de qualidade para a educação a distância**. Brasília, 2003. Disponível em:

< <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ReferenciaisdeEAD.pdf>> Acesso em: 31 de jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm> Acesso em: 31 de jul. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação a distância. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Brasília, 2007. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>> Acesso em: 31 de jul. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.385, de 8 de dezembro de 2010. Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7385.htm>. Acesso em: 14 de jul. 2016.

DELORS, J. et. al. **Educação: um tesouro a descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Editora Cortez, 1996.

GIOLO, J. **A educação a distância e a formação de professores**. Educação e Sociedade, v. 29. n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008.

GRESPLAN, J. L. S. **O negativo do capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MOORE, M. & KEARSLEY, G. **Educação a Distância: uma visão integradora**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

NOBLE, D. **De volta à ruína? Ensino à distância, lucros e mediocridade**. In: **Le monde diplomatique Brasil**. Biblioteca virtual, 2000.

NOBLE, D. **Digital Diploma Mills: The automation of Higher Education**. New York: Monthly Review Press, 2002.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância: experiências e estágio da discussão numa visão internacional**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

SANTOS, C. de A. **As políticas de formação de professores na modalidade a distância no Brasil: uma orientação mundializada**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás - Faculdade de Educação, Goiânia, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARAIVA, T. Educação a Distância no Brasil: lições da história. **Em Aberto**. Brasília, ano 16, n. 70, abr./jun., 1996.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990. Edição publicada no Brasil em 1996. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm>. Acesso em: 31 de jul. 2017.

Notas:

¹ Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais pela UNESP/FFC, atualmente faz parte do Mestrado em Educação na área de Políticas Educacionais da mesma instituição. Email: filipebellinaso@yahoo.com.br

² Professor Doutor da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, faz parte do departamento de Administração e Supervisão Escolar. Email: hctanov@gmail.com

Recebido em: 26/08/2017

Aprovado em: 28/01/2018